

## Projetos Sustentáveis em Micro e Pequenas Empresas (MPEs): Características e Financiamento

### Sustainable Projects in Micro and Small Enterprises: Characteristics and Financing

**Joyce Aparecida Ramos dos Santos**

Universidade Federal do Paraná – UFPR – Brasil  
joysantosap@gmail.com  
ORCID: 0000-0001-9462-3927

**Meryelen Lunelli**

Universidade Federal do Paraná – UFPR – Brasil  
mery.lunelli@gmail.com  
ORCID: 0000-0001-6631-9493

**Noah Emanuel Brito Teles**

Universidade Federal do Paraná – UFPR – Brasil  
noahbteles@gmail.com  
ORCID: 0000-0002-9885-1158

**Ana Paula Mussi Szabo Cherobim**

Universidade Federal do Paraná – UFPR – Brasil  
cherobimanapaula@gmail.com  
ORCID: 0000-0001-9380-5403

**Submetido** em 07/01/2021; **Aprovado** em 25/02/2021.

#### Resumo

**Objetivo:** O presente estudo tem por objetivo analisar características de projetos sustentáveis desenvolvidos por MPEs localizadas no Estado do Paraná, enfocando a maneira pela qual estes são financiados. **Metodologia:** Foi realizada pesquisa exploratória partindo de estratégia de estudo de casos múltiplos com três organizações. Uma análise de conteúdo foi conduzida a partir dos dados de entrevistas semiestruturadas com gestores e análise de documentos. **Principais resultados:** Os resultados revelam que todos os empreendimentos fizeram uso de capital próprio para viabilizar seus projetos. Tais evidências corroboram a literatura de financiamento à Micro e Pequenas Empresas (MPEs) e de fontes de financiamento a projetos sustentáveis, demonstrando que a escassez de fontes específicas a empreendimentos que vislumbrem ganhos além de financeiros pode tornar a implementação desses projetos mais árdua e onerosa quando comparada aos demais. **Contribuições acadêmicas:** Em virtude do baixo número de pesquisas interessadas em abordar assuntos financeiros relacionados a práticas de empreendedorismo sustentável na literatura, esta pesquisa visa contribuir para o preenchimento da lacuna supracitada. **Contribuições Práticas:** Os resultados permitem posicionar projetos sustentáveis como um caminho relevante para auxiliar pequenos e médios empreendimentos a se engajarem em ações de sustentabilidade. Dessa forma, os exemplos aqui fornecidos podem auxiliar gestores a obterem *insights* para direcionamento de suas práticas, tendo em vista o alcance de melhores resultados por meio da elaboração de projetos sustentáveis no contexto das MPEs.

**Palavras-chave:** Projetos Sustentáveis. Fonte de Financiamento. Fonte de Financiamento Sustentável. Empreendedorismo Sustentável.

#### Abstract

**Objective:** The present study aims to analyze characteristics of sustainable projects developed by MSEs located in the State of Paraná, focusing on the way in which they are financed. **Methodology:** Exploratory research was carried out based on a multiple case study strategy with three organizations. A content analysis was conducted based on data from semi-structured interviews with managers and document analysis. **Main results:** The results show that all projects used their own capital to make their projects viable. Such evidence corroborates the financing literature for Micro and Small Enter-

prises (MSEs) and sources of financing for sustainable projects, demonstrating that the scarcity of specific sources for projects that envisage gains in addition to financial can make the implementation of these projects more arduous and costly when compared to the others. **Academic contributions:** Due to the low number of researches interested in addressing financial issues related to sustainable entrepreneurship practices in the literature, this research aims to contribute to fill the aforementioned gap. **Practical Contributions:** The results make it possible to position sustainable projects as a relevant way to help small and medium-sized enterprises to engage in sustainability actions. In this way, the examples provided here can help managers to gain insights to guide their practices, with a view to achieving better results through the development of sustainable projects in the context of MSEs. **Keywords:** Sustainable Projects. Funding source. Sustainable Financing Source. Sustainable Entrepreneurship.

## 1. Introdução

Desde que o conceito de Desenvolvimento Sustentável (DS) como “aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem as suas próprias necessidades” (World Commission on Environment and Development, 1987, p.43) fora firmado há pouco mais de três décadas, uma série de abordagens sobre como produzir e consumir de maneira mais consciente vem sendo colocada em pauta (Keskin, Diehl, & Molenaar, 2013; Haldar, 2019).

No novo cenário apresentado, a introdução de um modelo de DS baseado nos pilares economia, meio ambiente e sociedade para organizações, governo e academia (Kraus, Burtscher, Niemand, Roig-Tierno, & Syrjä, 2017; Gast, Gundolf, & Cesinger, 2017; Hanohov & Baldacchino, 2018), evidenciou a necessidade de soluções voltadas para o bem-estar do planeta e a qualidade de vida das pessoas. As organizações, outrora apontadas como causadoras de fatia substancial das crises ambientais e sociais existentes (Aghelie, Sorooshian, & Azizan, 2016; Schaltegger, Lüdeke-Freund, & Hansen, 2016; Dyck & Silvestre, 2018), foram colocadas como essenciais na concepção de ações capazes de promover um desenvolvimento que pudesse ser considerado, de fato, sustentável (Provasnek, Schmid, Geissler, & Steiner, 2017; Nikolaou, Tasopoulou, & Tsagarakis, 2018; Youssef, Boubaker, & Omri, 2018), embora a maneira sobre a qual fazê-lo tenha ficado exclusivamente a cargo do meio empresarial.

Consequentemente, tornou-se amplamente aceita a convicção de que as crescentes preocupações com o DS, embora controversas para o mundo dos negócios, possuem implicações significativas e influentes (Hall, Daneke, & Lenox, 2010) para qualquer tipo de empresa, independente de seu tamanho ou posição no mercado (Aghelie, Sorooshian, & Azizan, 2016). Assim, seja como forma de adequação a políticas de regulamentação, ganho de vantagem competitiva ou, ainda, atendimento de demandas incipientes, o fato é que os gestores são cada vez mais pressionados a agir promovendo práticas que zelem pelo planeta, pelas pessoas e, ao mesmo tempo, garantam retorno econômico satisfatório para a organização.

Embora estudos tratando sobre a relação sustentabilidade - empresa sejam preponderantemente desenvolvidos em grandes corporações, a importância das empresas menores não deve ser negligenciada (Íyigün, 2015), haja vista a maioria das empresas que nascem orientadas à sustentabilidade emergem na categoria de pequenas e médias (Demirel, Li, Rentocchini, & Tamvada, 2019). Assim, mediante a prática do empreendedorismo sustentável, aqui compreendido como o ato de explorar, desenvolver e implementar soluções organizacionais que atendam às premissas do DS (Schaltegger, Beckmann, & Hockerts, 2018), produtos, processos, métodos e sistemas inovadores (Provasnek, Schmid, Geissler, & Steiner, 2017), algumas vezes expressos pelos denominados Projetos Sustentáveis (PS), são desenvolvidos.

Como objetivo principal, tais ações pretendem mitigar os malefícios oriundos de atividades organizacionais ao meio ambiente e à sociedade (Aghelie, Sorooshian, & Azizan, 2016), proporcionando retornos econômicos satisfatórios e ganho de vantagem competitiva às empresas desenvolvedoras (Youssef, Boubaker, & Omri, 2018). Entretanto, uma eventual dificuldade enfrentada por essas empresas encontra-se na busca pelo financiamento de seus PS. Isso ocorre pois cada um dos projetos sustentáveis e o conjunto de iniciativas demandam recursos financeiros. A busca por esses recursos é árdua nos negócios tradicionais. Portanto, nos projetos sustentáveis, com retornos menos objetivos, esse financiamento é ainda mais complexo.

Embora a importância das empresas menores na adoção e propagação de práticas sustentáveis não deva ser negligenciada (Schaltegger, Lüdeke-Freund, & Hansen, 2016), uma lacuna na literatura

revela a existência de poucos estudos interessados em abordar assuntos financeiros relacionados a práticas de empreendedorismo sustentável em pequenos empreendimentos (Bergset, 2015). Perante o exposto, o presente artigo visa auxiliar no preenchimento dessa lacuna se propondo a responder a seguinte questão de pesquisa: como se caracterizam e são financiados projetos sustentáveis em Micro e Pequenas Empresas (MPEs)?

Para tanto, são consideradas “microempresas” organizações cuja receita bruta anual seja igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e “empresas de pequeno porte” ou “pequenas empresas” aquelas com receita bruta anual no valor superior a este e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), tomando como base a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2016. Justifica-se a escolha de organizações enquadradas nesses portes a relevância destas para o desenvolvimento socioeconômico do país (Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa, 2014), sendo, portanto, imprescindíveis à concepção e disseminação de práticas orientadas ao atendimento da tríade pessoa – planeta – lucro.

O estudo prossegue da seguinte maneira: inicialmente, está apresentada a relação entre sustentabilidade e Projetos Sustentáveis em MPEs, destacando a importância destas para economia, sociedade e meio ambiente. Na mesma seção, conceituam-se fontes de financiamento para projetos e identifica-se o ambiente de projetos sustentáveis. Em seguida, é apresentado o método utilizado. Na sequência, os resultados são discutidos. Finalmente, desenvolvem-se considerações finais, enaltecendo as principais contribuições e limitações da pesquisa.

## **2. Revisão Teórica**

Nesta seção será apresentada a literatura relevante acerca das temáticas abordadas no presente estudo, sendo, para tanto, dividida em dois subtópicos. No primeiro, apresenta-se a relação entre Empreendedorismo Sustentável (ES) e Projetos Sustentáveis (PS) no contexto das Micro e Pequenas Empresas (MPEs).

No tópico seguinte, disserta-se acerca das fontes de financiamento para MPEs, evidenciando as dificuldades e peculiaridades enfrentadas por tais empreendimentos na busca por recursos financeiros. Demonstra, ainda, fontes de financiamento voltadas para o âmbito sustentável, dissertando sobre a importância de fontes específicas para ações desta natureza, especialmente quando levado em consideração o crescente anseio pela transformação de mercados insustentáveis para outros em maior acordo com ideais de DS.

### **2.1 Empreendedorismo Sustentável e Projetos Sustentáveis em Micro e Pequenas Empresas**

O consenso de que os pequenos negócios significam o fundamento da economia (Nassif, Ghobril, & Silva, 2010; İyigün, 2015) faz com que, atualmente, a importância desses empreendimentos para a transformação social e geração de empregos em uma nação não constitua mera falácia (Aghelie, Soroshian & Azizan, 2016). Isso ocorre pois, embora o impacto individual causado por uma Micro e Pequena Empresa (MPE) seja à primeira vista pequeno, o impacto coletivo ocasionado por empreendimentos menores é indispensável para maioria das regiões (Sarango-Lalangui, Santos, & Hormiga, 2018).

No Brasil, dados do Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa (Sebrae, 2018) comprovam tal afirmação ao apontarem as MPEs como responsáveis pela geração de 27% do Produto Interno Bruto (PIB) e de 54% dos empregos no país. Em um cenário no qual mundialmente existe um aumento na cobrança por ações empresariais voltadas para o atendimento das premissas do DS (Urbaniec, 2018), a atuação de empresas alocadas nesses portes é imprescindível para a propagação, fortalecimento e consolidação de iniciativas sustentáveis a nível nacional.

Por meio do Empreendedorismo Sustentável (ES), aqui entendido como o ato de explorar, desenvolver e implementar soluções organizacionais que atendam às premissas do DS (Schaltegger, Beckmann, & Hockerts, 2018), faz-se possível a criação de novas organizações ou ações a nível de produto, processo, métodos e sistemas dentro de empresas já estabelecidas (Provasnek, Schmid, Geissler, & Steiner, 2017) capazes de reduzir os impactos ambientais e sociais negativos causados pelas atividades organizacionais (Schaltegger, Lüdeke-Freund, & Hansen, 2016), ao mesmo passo que promovem retornos econômicos satisfatórios a indivíduos e organizações desenvolvedoras (Youssef, Boubaker, & Omri, 2018).

Assim, conforme visualizam o DS como um valor primário e uma oportunidade de renovação es-

tratégica, proprietários, gerentes e funcionários de organizações comprometidas com a causa (Biberhofer, Lintner, Bernhardt, & Rieckmann, 2019) empreendem sustentavelmente, implementando inovações capazes de gerar retorno satisfatório nas três vertentes de maneira integrada (Parrish, 2010; Aghelie, Sorooshian, & Azizan, 2016; Youssef, Boubaker, & Omri, 2018). Tal situação os leva a serem considerados diferenciados dos gestores comuns por darem significativa atenção a outros aspectos além do lucro (Bocken, 2015; Urbaniec, 2018).

À medida em que são desafiados a revisar seus produtos e processos em busca de aspectos que lhes garantem maior aderência aos ideais sustentáveis (Schaltegger, Lüdeke-Freund, & Hansen, 2016), organizações que compactuam com as premissas do DS auxiliam na transformação de mercados e da sociedade, além de possuírem maior propensão de garantia de sobrevivência em longo prazo quando comparadas àquelas que não fazem da sustentabilidade uma questão a ser colocada em pauta (Provasnek, Schmid, Geissler, & Steiner, 2017).

Ao originarem produtos, serviços, métodos ou técnicas capazes de reduzir impactos ambientais e aumentar a qualidade de vida dos *stakeholders* (Bos-Brouwers, 2010), essas empresas abordam uma visão holística e auxiliam na diminuição do desnível existente entre as gerações. Por outro lado, uma dificuldade a ser enfrentada pelos movimentadores do ES condiz a fazer com que seus ideais sustentáveis sejam percebidos por outros agentes interessados no processo (Keskin, Diehl, & Molenaar, 2013), como colaboradores, clientes e investidores, por exemplo.

Consequentemente, a contribuição do ES para o DS torna-se condicionada à legitimação das partes interessadas (Schaltegger, Beckmann, & Hockerts, 2018), traduzida por um engajamento na concepção dessas ações que, transformadas em uma vantagem competitiva, ocasionam uma mímica dos concorrentes e, consequentemente, transformação do mercado, seja ele de massa ou de nicho (Schaltegger, Lüdeke-Freund, & Hansen, 2016; Youssef, Boubaker, & Omri, 2018).

## 2.2 Fontes de Financiamento em MPEs

A visão tradicional de finanças considera que os investidores, independente de sua natureza, visem o maior retorno mediante a menor tomada de riscos possível (Brealey, Myers, Allen, & Mohanty, 2011). Paralelamente, instituições bancárias constituem fontes relevantes de financiamento formal para as organizações (Bergset, 2015). Quando o financiamento é realizado por meio de operações de crédito, os credores esperam retorno dos recursos investidos, conforme afirmam Comeig, Del Brio e Fernandez-Blanco (2014) e muitos outros autores.

Embora as empresas de menor porte sejam frequentemente apontadas como essenciais na promoção do desenvolvimento econômico de determinada nação (Beck & Demircug-Kunt, 2006; Aghelie, Sorooshian, & Azizan, 2016), quando o assunto colocado em pauta refere-se à tomada de financiamentos para o fomento de seu negócio, compreende-se que diferenças em relação aos grandes empreendimentos dificultam e até mesmo impedem o acesso a recursos por parte dessas organizações (Daskalakis, Jarvis, & Schizas, 2013; Kersten, Harms, Liket, & Maas, 2017), originando uma consequente inibição ao crescimento das mesmas (Beck & Demircug-Kunt, 2006).

Fatores como procedimentos altamente burocráticos, taxas de juros elevadas, relutância na utilização de patrimônios externos como capital de risco e investidores anjo, por exemplo (Daskalakis, Jarvis, & Schizas, 2013), ou, ainda, informações escassas a respeito das oportunidades de financiamento disponíveis (Wulandari, Meuwissen, Karmana, & Lansink, 2017), trazem como consequência a necessidade de uso frequente de recursos próprios por pequenas organizações, bem como participações em programas de subsídios e doações governamentais (Daskalakis, Jarvis, & Schizas, 2013).

No Brasil, 82% das MPEs revelam ter enfrentado dificuldades no processo de tomada de empréstimos em instituições bancárias públicas ou privadas, atreladas a fatores como alta taxa de juros (48%), ausência de garantias (20%) ou avalistas/ fiadores (16%), documentação fiscal (11%) e contábil exigida (10%), entre outros motivos (10%) (Sebrae, 2017). Dessa forma, muito mais do que existirem em grande quantidade, os pequenos negócios precisam apresentar expansão de suas atividades para que consigam, de fato, auxiliar no desenvolvimento econômico do ambiente onde estão inseridos. Contudo, quando o acesso aos recursos financeiros capazes de possibilitar tal feito é difícil ou escasso, os empreendimentos tendem a ficar estagnados, gerando insatisfação (Beck & Demircug-Kunt, 2006) e inviabilidade em longo prazo.

Na busca pelo enfrentamento direto dos desafios existentes rumo a um futuro mais sustentável, surge a necessidade de novas formas de investimentos nos quais, além da preocupação com ganho

financeiro, outras fontes de retorno sejam vislumbradas, especificamente na esfera ambiental e social (Bocken, 2015). Sobre tal aspecto, o que se percebe é uma baixa atenção de pesquisas engajadas em abordar o tema ES conjuntamente com assuntos relacionados a financiamento empresarial (Bergset, 2015), haja vista que, pela abordagem tradicional de finanças, a natureza acaba sendo vista como algo perigoso (Scholtens, 2017).

Como consequência, embora os empreendedores sustentáveis sintam-se entusiasmados com o valor intrínseco de seus ideais, o mesmo pode não ocorrer do lado daqueles que fornecem o capital necessário à viabilização de seus projetos (De Lange & Dodds, 2017). Isso ocorre pois, se por um lado os investidores estão à procura de ações que ofereçam alto potencial de retorno face aos valores empregados (Brealey et al., 2011), por outro, negócios voltados para a sustentabilidade, embora não considerem aspectos monetários ausentes, tendem por natureza a priorizar os chamados imperativos da sustentabilidade (Rodgers, 2010).

Na busca pela resolução desse dilema, torna-se necessária a existência de novas formas de investidores interessados e comprometidos na missão de identificar ações empresariais capazes de produzir lucro levando em consideração aspectos ambientais e sociais, chamados recentemente de “idealistas pragmáticos” (Bocken, 2015) ou, ainda, investidores de impacto (Hebb, 2013). Podendo atuar de maneira individual ou como parte de uma empresa, é atribuída a esses atores a perspicácia na identificação de negócios capazes de fornecer retorno com base em linha tripla (Bocken, 2015), auxiliando no desenvolvimento de organizações ou ações organizacionais sustentáveis. Paralelamente, a atuação de governos e instituições bancárias também é necessária no que tange a concepção de auxílio a ações corporativas sustentáveis (Bergset, 2018), auxiliando no desenvolvimento e na viabilização de atividades orientadas a um futuro mais harmônico perante os ideais do desenvolvimento sustentável.

### 3. Procedimentos Metodológicos

Conforme já apresentado, neste estudo, os esforços empreendidos foram voltados para proporcionar resposta à seguinte questão de pesquisa: **“Como se caracterizam e são financiados projetos sustentáveis em Micro e Pequenas Empresas (MPEs)?”** Para respondê-la, fez-se uso de uma abordagem qualitativa com propósito exploratório. Estudos de natureza qualitativa estão interessados em compreender peculiaridades em torno de determinado fenômeno (Creswell & Creswell, 2018), neste caso, como MPEs angariam recursos necessários à viabilização de seus PS. De maneira complementar, tomando por base o que aponta Neuman (2014) de que pesquisas exploratórias são realizáveis em situações para as quais o conhecimento acerca da temática a ser investigada é inexistente ou baixo, o propósito exploratório deste estudo justifica-se sob o argumento de que existem poucas pesquisas engajadas em abordar assuntos do empreendedorismo sustentável juntamente a financiamento empresarial (Bergset, 2015).

No tocante à estratégia de pesquisa selecionada, foi realizado um estudo de casos múltiplos. Estudos dessa natureza ocorrem sempre que o pesquisador se concentra em mais de um caso, fornecendo benefícios analíticos substanciais ao possibilitar comparações entre as unidades investigadas (Yin, 2015). Tendo em vista responder a questão de pesquisa proposta e buscando maior consistência aos dados obtidos, foram selecionadas 3 (três) micro e pequenas empresas que atuam com projetos sustentáveis no Estado do Paraná, região sul do país. Para seleção das organizações participantes deste trabalho, optou-se por empresas certificadas no projeto Gestão Sustentável, oferecido pelo Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Sistema Fiep) que, em sua essência, auxilia MPEs a executarem ações capazes de melhorar a eficiência e o desempenho do negócio, priorizando meio ambiente e sociedade (Sistema Fiep, 2018). Dessa forma, as 42 empresas certificadas no referido projeto foram consideradas potenciais para a realização do estudo.

Para realização da coleta de dados, duas das cinco fontes de evidências apontadas por Yin (2015) como adequadas aos estudos de caso foram utilizadas. A primeira delas é a entrevista semiestruturada, na qual, embora o pesquisador tenha um roteiro pré-desenvolvido, não é isento de introduzir ou eliminar questões de acordo com as necessidades vislumbradas ao longo do processo (Bertucci, 2009). Para Brinkmann (2018), essa característica auxilia em um melhor uso dos diálogos ao permitir que o entrevistador atue de maneira mais ativa na construção do conhecimento. Nesta pesquisa, as entrevistas foram realizadas com pessoas envolvidas no processo decisório das organizações (gestores, empreendedores), no período que compreende maio e junho de 2019.

Em um primeiro momento, *e-mails* explicando o propósito da pesquisa e convidando os gestores

a participarem foram disparados para 42 empresas, entretanto, apenas uma demonstrou interesse em colaborar prontamente. Dessa forma, posteriormente, realizou-se contato telefônico com as organizações, e mais duas aceitaram conceder entrevista e auxiliar no desenvolvimento do estudo. Assim, a seleção das três empresas entrevistadas foi feita por conveniência, em função da disponibilidade de acesso aos dados.

A análise documental também foi utilizada como fonte de evidência. Considerada por Godoy (1995) uma rica fonte de dados, uma vez que permite o exame de distintos materiais, os documentos utilizados foram: (a) histórico da empresa, que cumpriu o propósito de auxiliar na descrição da organização; (b) planejamento do projeto sustentável, que mostrou as características do projeto nas vertentes ambientais e sociais, bem como os resultados econômicos esperados/ executados, além de (c) informações disponíveis na internet, como descritivos de *sites* e reportagens envolvendo as organizações investigadas. O uso de distintas fontes cumpre o propósito da triangulação dos dados (Flick, 2018) que, para Yin (2015), é fundamental para auxiliar na qualidade aos estudos de caso à medida que desenvolve linhas convergentes de investigação.

No tocante à análise dos dados, nesta pesquisa utilizou-se o processo de análise de conteúdo, definido por Bardin (2004, p. 38) como o “conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. Para tanto, foram seguidas as seis etapas propostas por Creswell & Creswell (2018), quais sejam: (a) organização e preparação dos dados para análise; (b) leitura de todos os dados; (c) início da análise detalhada a partir do processo de codificação; (d) geração de descrição detalhada; (e) desenvolvimento de narrativa capaz de transmitir os resultados da análise e (f) extração do significado dos dados.

Com base na literatura consultada, foram estabelecidas duas categorias de análise: (a) características do projeto sustentável e (b) fontes de financiamento a projetos sustentáveis. Na seção que se segue, os resultados são apresentados e discutidos.

#### 4. Apresentação e Discussão dos Resultados

Conforme relatado anteriormente, o presente estudo foi realizado com três MPEs situadas no Estado do Paraná, região sul, e que desenvolveram projetos sustentáveis. Como maneira de preservar a identidade organizacional e facilitar no processo de redação dos dados, características dessas organizações são apresentadas sinteticamente na Tabela 1. Na sequência, os dados são analisados.

**Tabela 1** - Características das organizações investigadas

Organização	Setor	Entrevistado	Porte
<b>Empresa Alfa</b>	Convertedora de papéis sanitários	Empreendedor A	Microempresa
<b>Empresa Beta</b>	Construção Civil	Empreendedor B	Pequena Empresa
<b>Empresa Ômega</b>	Indústria Gráfica	Empreendedor C	Microempresa

Fonte: Elaborada pelos autores (2019) a partir dos dados da pesquisa.

##### 4.1. Projeto Sustentável: Características

A empresa Alfa está no mercado há mais de 13 anos e, desde o início, atua com projetos de reciclagem envolvendo membros da comunidade (sucateiros). Especificamente, sobras da produção de papel higiênico/ papel toalha que seriam descartados e de elementos que compõem os insumos utilizados no processo (tubetes que acompanham a bobina e embalagens plásticas) são separados e entregues a sucateiros parceiros. Os sucateiros realizam a venda desses produtos para indústrias de recicláveis, revertendo parte do dinheiro adquirido em alimentos não perecíveis entregues à empresa Alfa, que então realiza doações para creches, asilos e famílias carentes.

As características relatadas pelo empreendedor A evidenciam a implementação do projeto sustentável como uma solução organizacional (Schaltegger, Beckmann, & Hockerts, 2018) para lidar com problemas de descarte inadequado, trazendo por consequência benefícios ao meio ambiente e à sociedade (Bos-Browsers, 2010).

É interessante destacar que, nesse caso, o retorno econômico do projeto não é voltado para a empresa e sim para os sucateiros beneficiados com a ação. Ao tornar o acesso aos materiais recicláveis passíveis de revenda, a empresa facilita o trabalho dos sucateiros por fornecer um ponto de coleta rápida, ao mesmo tempo em que gerencia o descarte desses rejeitos de maneira consciente.

Ao afirmar que a motivação para implantar o projeto esteve diretamente relacionada à intenção de contribuir com o meio ambiente (de maneira genérica) e social local, o Empreendedor A corrobora

Bocken (2015) e Urbaniec (2018), revelando significativa atenção a outros aspectos que não o lucro:

“[...] nós desenvolvemos o projeto porque queríamos promover a fraternidade na comunidade onde a empresa tá localizada né, então tem aí a sucata gerada nos processos de fabricação do nosso produto acabado e teríamos que descartar essa sucata de alguma maneira né, e pensando aí na questão da sustentabilidade e também da reciclagem reversa, não podia descartar esse material no meio ambiente, então encontramos essa solução no projeto com parceria com os catadores aí” (Empreendedor A).

A empresa Beta atua há mais de 10 anos no ramo de construção civil e utiliza papel 100% reciclado para produzir colmeias de papéis que substituem o uso de madeiras no interior de portas, MDF e painéis compensados. Na vertente econômica, isso possibilita à organização comprar uma matéria-prima substituta (papel reciclado) com menor preço quando comparado à utilizada tradicionalmente (madeira). Paralelo a isso, a menor necessidade de desmatamento prioriza a vertente ambiental do negócio. A geração de emprego e renda para vendedores de recicláveis (participantes do início da cadeia produtiva) contempla a vertente social. Com base nos dados coletados, é possível afirmar que a empresa Beta abrange aspectos ambientais, econômicos e sociais em seu negócio. Entretanto, ao contrário da empresa Alfa, na qual o retorno econômico é indireto, a possibilidade de adquirir matéria-prima de menor custo acarreta um processo produtivo mais econômico e que, por sua vez, aumenta, além da lucratividade, a competitividade da organização (Provasnek, Schmid, Geissler, & Steiner, 2017).

Segundo o Empreendedor B, a questão da sustentabilidade foi vista como uma oportunidade para se diferenciar dos concorrentes (Mindt & Rieckmann, 2017), oferecendo soluções a um público interessado na causa, mas que até então tinha poucas alternativas:

“[...] a gente tinha uma barreira pra viabilizar o projeto que era tá entrando no mercado com uma solução diferenciada, mais ecológica do que a da concorrência. Então tinha essa questão de será que o pessoal vai aderir e no final aderiu né, então acontece que a gente tem uma matéria-prima mais sustentável, mais barata e que acaba dando vantagem aí na concorrência” (Empreendedor B).

É possível perceber, pelo fragmento expresso na fala do empreendedor B, a importância em conseguir justificar seus interesses ambientais e sociais para seu público-alvo, questão já evidenciada na literatura como fator importante para garantir o sucesso de uma ideia organizacional orientada ao desenvolvimento sustentável (Keskin, Diehl, & Molenaar, 2013; Schaltegger, Beckmann, & Hockerts, 2018), situação alcançada com êxito no caso da empresa Beta.

Ainda sobre esse empreendimento, é interessante analisar que o projeto iniciou como um anseio por aumentar a competitividade da organização ao atender um nicho de mercado até então inexplorado e que tivesse valores sustentáveis fortalecidos em sua ação (Mindt & Rieckmann, 2017). Nesse contexto, as premissas do desenvolvimento sustentável deixam de ser apenas uma falácia e se demonstram como uma oportunidade de renovação estratégia e busca por sobrevivência em longo prazo (Provasnek, Schmid, Geissler, & Steiner, 2017).

A empresa Ômega, por sua vez, atua há quase três décadas no mercado de indústria gráfica e tem como projeto sustentável, além da reciclagem, políticas internas de diminuição de resíduos que não podem ser reciclados, bem como utilização de papel proveniente de florestas certificadas. De acordo com o Empreendedor C, o projeto funciona com a conscientização inicial dos funcionários a respeito do consumo consciente e de quais materiais podem ser reciclados. Posteriormente, esses resíduos são direcionados para uma área interna da organização, a qual, após certo período de tempo (uma semana), é esvaziada com a venda desses materiais.

Após o processo de venda ser consolidado, parte do lucro proveniente da reciclagem é direcionada aos funcionários como estímulo para que continuem conscientes da necessidade de realizar um processo de destinação adequada. Assim, o projeto cumpre as vertentes ambientais, sociais e econômicas do negócio (Bos-Brouwers, 2010). Em relação à motivação para o desenvolvimento do PS, o empreendedor diz que a intenção principal da organização era afetar minimamente o meio ambiente, tanto por meio da aquisição de materiais diferenciados para o processo produtivo, quanto da destinação adequada e retorno lucrativo de materiais que anteriormente seriam descartados:

“[...] nosso interesse era afetar o mínimo o meio ambiente, já que a gente utilizava papel pra tudo então tinha o interesse de conseguir um material diferente, menos nocivo e ainda conseguir vender o resto desse material aí e de tudo que pode ser reciclado. Aqui a gente recicla tudo que dá, tem que ser assim” (Empreendedor C).

Ao contrário das demais organizações, na empresa Ômega, a implementação dos projetos sus-

tentáveis, caracterizados nesse caso por sistemas de produção e reciclagem ambientalmente mais amigáveis e socialmente benéficos (Bos-Brouwes, 2010), o retorno financeiro oriundo é direcionado para a empresa de duas maneiras principais: diminuindo o custo de produção e como um estímulo aos colaboradores participantes do processo. Além disso, é possível notar pela fala do Empreendedor C que, nessa organização, a intencionalidade em implementar o referido projeto é fortemente atrelada à sua preocupação em contribuir com aspectos ambientais e sociais (Bos-Brouwers, 2010), expressos pelo seu empenho em diminuir impactos das atividades empresariais nas referidas esferas.

#### **4.2. Fontes de Financiamento: dificuldades e utilização**

Conforme pode ser evidenciado na literatura, os temas finanças e empreendedorismo sustentável ainda são pouco tratados conjuntamente (Bergset, 2015). Paralelo a tal questão, compreende-se que o acesso a fontes de financiamento externas é mais difícil para micro e pequenas empresas (Daskalakis, Jarvis & Schizas, 2013; Kersten et al., 2017), fator que pode inibir ou, em situações mais extremas, impedir o desenvolvimento de suas ações (Beck & Demirguc-Kunt, 2006). Perante o exposto, compreender como micro e pequenas empresas alocam recursos financeiros necessários à viabilização de seus projetos sustentáveis demonstra-se um tópico de pesquisa relevante e que segue sendo tratado neste subitem.

Iniciando pela primeira organização participante do estudo (Empresa Alfa), o Empreendedor A revela ter utilizado capital financeiro próprio para viabilizar seu projeto. Questionado sobre os motivos de optar por essa modalidade, o Empreendedor A justificou que o custo em articular o projeto, mobilizando catadores, treinando e conscientizando seus funcionários foi baixo e que, por tal motivo, não justificaria a aquisição de recursos externos para auxiliar em seu funcionamento e manutenção:

“Não precisou de financiamento de fora porque custava muito barato pra gente. Então usamos o dinheiro de dentro da empresa mesmo porque fazia mais sentido. Era barato treinar o pessoal pra armazenar direito, fazer os contatos de quem ia pegar pra vender e de quem iria receber parte do dinheiro desse material. Então nem é que não teve custo, mas foi baixo né, mais uma questão de colocar tudo em seu devido lugar” (Empreendedor A).

Essas evidências são relevantes ao demonstrar que projetos sustentáveis podem ser desenvolvidos a baixo custo dentro de organizações e, ainda assim, retornarem significativas contribuições para o meio social e ambiental, nesse caso expressos pela destinação adequada de resíduos, geração de renda para catadores parceiros e doação de alimentos para instituições de caridade. Conforme é possível notar na fala do empreendedor A, embora os recursos financeiros para a viabilização de um projeto sustentável dentro de uma organização possa ser fator limitante para seu desenvolvimento (De Lange & Dodds, 2017), a capacidade de articular adequadamente os recursos internos disponíveis pode auxiliar na dispensa de fontes externas, fator até então não tratado na literatura.

Na empresa Beta, os recursos utilizados para o projeto também foram oriundos de capital próprio. Segundo o Empreendedor B, essa foi a única alternativa disponível no momento, pontuando que, por sua organização ser enquadrada como pequena empresa, as dificuldades para financiamento tornam a busca por capital de terceiros muito árdua e desestimulante:

“Quando você é pequena empresa não tem muita opção de linha disponível não, as que tem são tudo cara, não paga as vezes, daí nem compensa. Aí você fala de outro tipo de fonte que pra gente nem passa pela cabeça. Nossa intenção é só conseguir se manter saudável no mercado, nada de pagar juros pros outros porque inviabiliza nosso negócio. Se for pensar assim tem que ter alternativa diferente né, própria pra um projeto com essas características aí e que leve em consideração que a gente é pequeno e isso ainda não tem eu acho” (Empreendedor B).

Tal argumentação corrobora o exposto na literatura (Daskalakis, Jarvis & Schizas, 2013; Sebrae, 2017) demonstrando que, embora micro e pequenas empresas desempenhem papel central na economia de qualquer nação (Nassif, Ghobril, & Silva, 2010; İyigün, 2015), elas enfrentam dificuldades adicionais em sua busca por expansão e consolidação, dentre as quais a obtenção de financiamento é parte constituinte.

O fato de um projeto voltado para ganhos não apenas financeiros, como é o caso de ações sustentáveis (Rodgers, 2010), sugere a necessidade de uma maneira diferenciada de financiamento, em nível corporativo (Bergset, 2018) ou ainda individual (Bocken, 2015), capaz de auxiliar em seu desenvolvimento de maneira mais rápida e eficaz.

Corroborando Beck e Dermirguc-Kunt (2016), o Empreendedor B afirma que a dificuldade de

acesso a financiamento externo limitou as possibilidades de crescimento. Em síntese, dado que as ações para desenvolvimento do projeto necessitaram ser desenvolvidas paulatinamente por estarem condicionadas aos recursos financeiros internos existentes naquele momento, os efeitos esperados com a implantação do projeto, nesse caso, o aumento de competitividade, demoraram um pouco mais para serem vislumbrados. Além disso, é possível notar, pelo fragmento de fala do Empreendedor B, um desconhecimento acerca de fontes de financiamento disponíveis (Wulandari et al., 2017), sendo, portanto, o capital próprio e de bancos visualizados como única alternativa para desenvolvimento de seu projeto (Daskalakis, Jarvis & Schizas, 2013).

Em contraste com demais organizações analisadas, a empresa Ômega também fez uso de capital próprio para colocar seu projeto sustentável em prática. De acordo com o Empreendedor C, isso foi necessário, pois as demais fontes disponíveis naquele momento cobravam taxas de juros impraticáveis e que não justificariam o projeto a longo prazo. Ainda para este empreendedor, alocar os recursos financeiros necessários para a execução de um projeto que não tenha como foco central o retorno financeiro para a organização e demais partes envolvidas é um processo oneroso e cansativo. Em sua percepção, os valores ambientais e sociais precisam estar muito consolidados dentro do empreendimento para que não se desista nas primeiras dificuldades:

“[...] é muito trabalhoso conseguir dinheiro pra um projeto que não tem o objetivo de gerar dinheiro como a coisa mais importante. É claro que a gente tenta (conseguir financiamento de fora), mas no fim não compensa. O negócio é ter certeza de que é importante ser feito e fazer, o dinheiro volta como consequência” (Empreendedor C).

A dificuldade dos empreendedores sustentáveis em traduzir seus ideais sustentáveis para as partes interessadas foi tratada na literatura por autores como Keskin, Diehl e Molenaar (2013) e De Lange e Dodds (2017), ensejando a necessidade de novas formas de financiamento exclusivas para abranger ações dessa natureza. No caso da Empresa Ômega, é possível perceber que, embora tal situação pudesse se apresentar como fator limitante ou que inviabilizasse o andamento do projeto (Beck & Demircug-Kunt, 2006), os fortes valores do Empreendedor C com questões ambientais e sociais facilitaram transpor a barreira da limitação de recursos financeiros.

## 5. Implicações teóricas e práticas

Os resultados desta pesquisa fornecem implicações teóricas relevantes ao demonstrarem a importância de fontes de financiamento no processo de transição em direção a um futuro mais sustentável. Nessa esfera, o alinhamento das temáticas sustentabilidade e fontes de financiamento parece urgente e, para um melhor desenvolvimento prático, demandam estudos teóricos robustos e aprofundados. Argumenta-se que, apenas mediante esse aprofundamento, a articulação de fontes mais viáveis e assertivas será possível.

No âmbito prático, os resultados permitem posicionar projetos sustentáveis como um caminho interessante para pequenos e médios empreendimentos se engajarem na questão da sustentabilidade. Argumenta-se que exemplos aqui fornecidos podem auxiliar gestores desse tipo de negócios a obterem *insights* e melhor direcionarem suas práticas. Além disso, ao fornecer informações a respeito do financiamento de projetos sustentáveis em MPEs, o presente estudo tece implicações práticas conforme evidencia a escassez de recursos que financiam projetos sustentáveis para empresas alocadas nos portes analisados.

Tendo em vista a relevância de projetos sustentáveis para contribuir com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela ONU para serem alcançados até 2030, a falta de apoio a projetos sustentáveis nas MPEs reflete a necessidade e urgência para o desenvolvimento de estratégias financeiras que tragam mais oportunidades para pequenos empreendedores implementarem projetos voltados à sustentabilidade. Tais estratégias podem surgir a partir de iniciativas do governo para o financiamento de projetos sustentáveis como parte do apoio aos microempreendedores, isso por meio da criação de projetos específicos ou novas políticas que atendam a demanda dessas empresas. Por outro lado, as falas dos empreendedores destacam mais o espírito empreendedor e a consciência ambiental como incentivos aos projetos, do que a falta de recursos financeiros como óbices. Os resultados desta pesquisa também podem orientar novas ações para o Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa, auxiliando o referido órgão a atuar promovendo projetos para ampliar a consciência ambiental e para auxiliar as MPEs na captação de recursos para investir em projetos sustentáveis.

## 6. Considerações Finais

Neste estudo buscou-se, dentro de um contexto limitado de pequenas e médias empresas situadas no Estado do Paraná, compreender como organizações dessa natureza alocam os recursos financeiros necessários à viabilização de seus projetos sustentáveis. Conforme foi possível notar, porte e intenção sustentável conjuntamente não se mostraram favoráveis à obtenção de fontes externas de financiamento, situações já tratadas em estudos anteriores (De Lange & Dodds, 2017; Scholtens, 2017). Como consequência, tais organizações acabam optando por recursos próprios para desenvolver seus projetos, o que pode, de certa forma, inibir ou, ainda, tornar mais lento o processo de implementação e colhimento dos resultados esperados.

Com exceção do primeiro caso, no qual a necessidade de financiamento externo não foi cogitada em razão dos custos do projeto serem baixos, nos demais casos, embora os empreendedores necessitassem de um capital financeiro considerável para execução de suas ideias, ambos relataram que as altas taxas de juros cobradas (Sebrae, 2017) e as dificuldades em justificar seus interesses para partes interessadas (Keskin, Diehl, & Molenaar, 2013) acabaram tornando a busca externa onerosa e cansativa.

Dentro desse contexto, convém destacar pontuações realizadas por outros autores de que, para ações que vislumbrem além de lucro, torna-se necessária a existência de investidores comprometidos com o entendimento de que ganhos sociais e ambientais também são relevantes. Do ponto de vista tradicional das finanças, compreende-se que esse anseio seja ambíguo. Entretanto, em um contexto no qual a busca por sistemas de produção e consumo ambientalmente mais amigáveis torna-se cada vez mais uma realidade para organizações, essa é uma situação que necessita ser revisada.

O fato de a pesquisa ter sido realizada com três MPEs dentro de um contexto específico representa uma limitação do estudo. Contudo, convém destacar que a intenção principal não é promover uma generalização estatística, inferindo que todas as organizações com porte e intenções semelhantes acabam tendo na utilização de capital próprio a única fonte para financiar seus projetos. Por outro lado, a possibilidade em corroborar o que já vem sendo estudado na literatura revela significativas implicações, a exemplo da necessidade de maiores informações e estabelecimento de fontes de financiamento que levem em consideração retorno além do financeiro.

Isso posto, sugere-se o caminho reverso para outros estudos, enfocando as características das fontes de financiamento para projetos sustentáveis disponíveis, colocando como pano de fundo organizações nas quais essas linhas tenham sido aplicadas, e buscando, principalmente, averiguar impactos ambientais e sociais possibilitados com a injeção desses capitais.

**Agradecimentos:** O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

## Referências

- Aghelie, A., Sorooshian, S., & Azizan, N. A. (2016). "Research gap in sustainopreneurship". *Indian Journal of Science and Technology*, 9(12): 1-6. <https://doi.org/10.17485/ijst/2016/v9i12/77648>
- Bardin, L. (2004) "Análise de conteúdo". 3ª. Lisboa: Edições, 70.
- Beck, T., & Demircug-Kunt, A. (2006). "Small and medium-size enterprises: Access to finance as a growth constraint". *Journal of Banking & finance*, 30(11): 2931-2943. <https://doi.org/10.1016/j.jbankfin.2006.05.009>
- Bergset, L. (2018). "Green start-up finance—where do particular challenges lie?". *International Journal of Entrepreneurial Behavior & Research*, 24(2): 451-575. <https://doi.org/10.1108/IJEBR-11-2015-0260>
- Bergset, L. (2015). "The rationality and irrationality of financing green start-ups". *Administrative Sciences*, 5(4): 260-285. <https://doi.org/10.3390/admsci5040260>
- Bertucci, J. L. D. O. (2009). "Metodologia básica para elaboração de trabalhos de conclusão de cursos (TCC): ênfase na elaboração de TCC de pós-graduação Lato Sensu". São Paulo: Atlas.
- Biberhofer, P., Lintner, C., Bernhardt, J., & Rieckmann, M. (2019). "Facilitating work performance of sustainability-driven entrepreneurs through higher education: The relevance of competencies, values, worldviews and opportunities". *The International Journal of Entrepreneurship and Innovation*, 20(1): 21-38. <https://doi.org/10.1177/1465750318755881>
- Bocken, N. M. (2015). "Sustainable venture capital—catalyst for sustainable start-up success?". *Journal of Cleaner Production*, 108: 647-658. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2015.05.079>

- Bos-Brouwers, H. E. J. (2010). "Corporate sustainability and innovation in SMEs: evidence of themes and activities in practice". *Business strategy and the environment*, 19(7): 417-435. <https://doi.org/10.1002/bse.652>
- Brasil. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2016. Institui o estatuto nacional da microempresa e da empresa pequena de porte. Brasília, DF, dez 2016.
- Brealey, R. A., Myers, S. C., Allen, F., & Mohanty, P. (2011). "Principles of corporate finance". Tata McGraw-Hill Education.
- Brinkmann, S. "Interview". In: Denzin, N. K., & Lincoln, Y. S. (Eds.). (2018) "The Sage handbook of qualitative research". 5 th, Sage.
- Creswell, J. W., & Creswell, J. D. (2018). "Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches". 5th, Sage publications.
- Comeig, I., B. Del Brio, E., & O. Fernandez-Blanco, M. (2014). "Financing successful small business projects". *Management Decision*, 52(2): 365-377. <https://doi.org/10.1108/MD-01-2012-0051>
- Daskalakis, N., Jarvis, R., & Schizas, E. (2013). "Financing practices and preferences for micro and small firms." *Journal of Small Business and Enterprise Development*, 20(1): 80-101. <https://doi.org/10.1108/14626001311298420>
- Demirel, P., Li, Q. C., Rentocchini, F., & Tamvada, J. P. (2019). "Born to be green: new insights into the economics and management of green entrepreneurship". *Small Business Economics*, 52(4): 759-771. <https://doi.org/10.1007/s11187-017-9933-z>
- De Lange, D., & Dodds, R. (2017). "Increasing sustainable tourism through social entrepreneurship". *International Journal of Contemporary Hospitality Management*, 29(7): 1977-2002. <https://doi.org/10.1108/IJCHM-02-2016-0096>
- Dyck, B., & Silvestre, B. S. (2018). "Enhancing socio-ecological value creation through sustainable innovation 2.0: Moving away from maximizing financial value capture". *Journal of cleaner production*, 171: 1593-1604. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2017.09.209>
- Flick, U. (2018) "Triangulation in data collection". *The SAGE Handbook of Qualitative Data Collection*. London, UK: SAGE Publications.
- Gast, J., Gundolf, K., & Cesinger, B. (2017) "Doing business in a green way: A systematic review of the ecological sustainability entrepreneurship literature and future research directions". *Journal of Cleaner Production*, 147: 44-56. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2017.01.065>
- Godoy, A. S. (1995) "Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais". *Revista de Administração de empresas*, 35(3): 20-29. <https://doi.org/10.1590/S0034-75901995000300004>
- Haldar, S. (2019) "Green entrepreneurship in the renewable energy sector—a case study of Gujarat". *Journal of Science and Technology Policy Management*, 10(1): 234-250. <https://doi.org/10.1108/JSTPM-12-2017-0070>
- Hall, J. K., Daneke, G. A., & Lenox, M. J. (2010). "Sustainable development and entrepreneurship: Past contributions and future directions". *Journal of Business Venturing*, 25(5): 439-448. <https://doi.org/10.1016/j.jbusvent.2010.01.002>
- Hanohov, R., & Baldacchino, L. (2018). "Opportunity recognition in sustainable entrepreneurship: an exploratory study". *International Journal of Entrepreneurial Behavior & Research*, 24(2): 333-358. <https://doi.org/10.1108/IJEER-12-2015-0275>
- Hebb, T. (2013). "Impact investing and responsible investing: what does it mean?". *Journal of Sustainable Finance & Investment*, 71-74. <https://doi.org/10.1080/20430795.2013.776255>
- İyigün, N. Ö. (2015) "What could entrepreneurship do for sustainable development? A corporate social responsibility-based approach". *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, 195: 1226-1231. <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2015.06.253>
- Kersten, R., Harms, J., Liket, K., & Maas, K. (2017). "Small Firms, large Impact? A systematic review of the SME Finance Literature". *World Development*, 97: 330-348. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2017.04.012>
- Keskin, D., Diehl, J. C., & Molenaar, N. (2013) "Innovation process of new ventures driven by sustainability". *Journal of Cleaner Production*, 45: 50-60. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2012.05.012>
- Kraus, S., Burtscher, J., Niemand, T., Roig-Tierno, N., & Syrjä, P. (2017) "Configurational paths to social performance in SMEs: The interplay of innovation, sustainability, resources and achievement motivation". *Sustainability*, 9(10): 1828. <https://doi.org/10.3390/su9101828>
- Mindt, L., & Rieckmann, M. (2017). "Developing competencies for sustainability-driven entrepreneur-

- ship in higher education: A literature review of teaching and learning methods.” *Teoría de la Educación; Revista Interuniversitaria*, 29(1): 129. <https://doi.org/10.14201/teoredu2017291129159>
- Nassif, V. M. J., Ghobril, A. N., & Silva, N. S. D. (2010). “Understanding the entrepreneurial process: a dynamic approach”. *BAR-Brazilian Administration Review*, 7(2): 213-226. <http://dx.doi.org/10.1590/S1807-76922010000200007>
- Neuman, W. L. (2014). “Social research methods: qualitative and quantitative approaches”. 7 ed., London: Pearson Education Limited.
- Nikolaou, I. E., Tsagarakis, K. P., & Tasopoulou, K. (2018) “An examination of ecopreneurs’ incentives through a combination between institutional and resource-based approach: A preliminary study”. *Management of Environmental Quality: An International Journal*, 29(2): 195-215. <https://doi.org/10.1108/MEQ-01-2017-0004>
- Parrish, B. D. (2010) “Sustainability-driven entrepreneurship: Principles of organization design”. *Journal of Business Venturing*, 25(5): 510-523. <https://doi.org/10.1016/j.jbusvent.2009.05.005>
- Provasnek, A. K., Schmid, E., Geissler, B., & Steiner, G. (2017). “Sustainable corporate entrepreneurship: Performance and strategies toward innovation”. *Business Strategy and the Environment*, 26(4): 521-535. <https://doi.org/10.1002/bse.1934>
- Rodgers, C. (2010). “Sustainable entrepreneurship in SMEs: a case study analysis”. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 17(3): 125-132. <https://doi.org/10.1002/csr.223>
- Sarango-Lalangui, P., Santos, J., & Hormiga, E. (2018) “The development of sustainable entrepreneurship research field”. *Sustainability*, 10(6): 2005. <https://doi.org/10.3390/su10062005>
- Schaltegger, S., Beckmann, M., & Hockerts, K. (2018) “Sustainable entrepreneurship: creating environmental solutions in light of planetary boundaries”. *International Journal of Entrepreneurial Venturing*, 10(1): 1-16. <https://doi.org/10.1504/IJEV.2018.090990>
- Schaltegger, S., Lüdeke-Freund, F., & Hansen, E. G. (2016) “Business models for sustainability: A co-evolutionary analysis of sustainable entrepreneurship, innovation, and transformation”. *Organization & Environment*, 29(3): 264-289. <https://doi.org/10.1177/1086026616633272>
- Scholtens, B. (2017). “Why finance should care about ecology”. *Trends in ecology & evolution*, 32(7): 500-505. <https://doi.org/10.1016/j.tree.2017.03.013>
- Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa. SEBRAE. (2014). Participação das micro e pequenas empresas na economia brasileira.
- Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa. SEBRAE. (2017). O financiamento das MPE no Brasil.
- Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa. SEBRAE. (2018). Perfil das microempresas e empresas de pequeno porte.
- Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná. Sistema FIEP. (2018). Sistema Fiep certifica 42 MPE’s no Projeto Gestão Sustentável. Disponível em: <https://agenciafiep.com.br/2018/02/08/sistema-fiep-certifica-42-mpes-no-projeto-gestao-sustentavel/>. Acesso em 18/maio/2019.
- Urbaniec, M. (2018) “Sustainable entrepreneurship: innovation-related activities in European enterprises”. *Polish Journal of Environmental Studies*, 27(4): 1773-1779. <https://doi.org/10.15244/pjoes/78155>
- Wulandari, E., Meuwissen, M. P., Karmana, M. H., & Lansink, A. G. O. (2017). “Access to finance from different finance provider types: Farmer knowledge of the requirements”. *PloS one*, 12(9). <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0179285>
- World Commission on Environment and Development (WCED). Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future, 1987. Disponível em: <http://www.un-documents.net/our-common-future.pdf>
- Yin, R. K. (2015). “Qualitative research from start to finish”. Guilford Publications.
- Youssef, A. B., Boubaker, S., & Omri, A. (2018). “Entrepreneurship and sustainability: The need for innovative and institutional solutions”. *Technological Forecasting and Social Change*, 129: 232-241. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2017.11.003>